

CORREIO SUL

Divulgação/Prefeitura de Joinville



Cidade amplia investimentos e melhora indicadores

SC: Joinville sobe 11 posições no ranking de saneamento

Joinville (SC) avançou 11 posições no Ranking do Saneamento 2026 do Instituto Trata Brasil e passou da 75ª para a 64ª colocação. O resultado reflete aumento nos investimentos e melhorias nos serviços. Em 2024, o aporte médio foi de R\$ 235,86 por habitante, acima da média nacional de R\$ 135,89. Em 2025, o valor chegou a R\$ 441, com R\$ 293,5 milhões aplicados em obras. A cidade também figura entre as que mais investem no setor. O abastecimento diário alcança 175,5 milhões de litros. Duas novas estações de tratamento entraram em pré-operação, com mais de R\$ 70 milhões investidos. Os dados consideram informações do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA) com base no ano de 2024.

PR apresenta orçamento para 2027

A Secretaria da Fazenda do Paraná realiza, na segunda (23), às 16h, a apresentação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2027 em audiência pública com transmissão online. O documento define metas e prioridades e orienta a elaboração do orçamento anual. A proposta será enviada ao Legislativo até 15 de abril. A construção da lei orçamentária começa no segundo semestre e deve ser encaminhada até 30 setembro.

Divulgação/Prefeitura de Joinville



A agricultura familiar local comercializará a produção

SC: feira no fim de semana de Joinville

A Feira "Direto do Campo" será realizada no sábado (21) e no domingo (22), das 9h às 17h, na Ceasa, em Joinville (SC), com entrada e estacionamento gratuitos. O evento reúne cerca de 40 produtores rurais da região e oferece alimentos da agricultura familiar, além de flores, mudas e plantas. Entre os itens disponíveis estão caqui, milho verde, tangerina, taiá e goiaba. A iniciativa busca aproximar produtores e consumidores e estimular a comercialização direta. A programação inclui atividades voltadas ao público ao longo dos dois dias.

MPPR pede regularização de cemitérios

O Ministério Público do Paraná (MPPR) expediu uma recomendação para regularizar o licenciamento ambiental de 13 cemitérios de Londrina (PR). A ação, ligada a inquérito civil, apontou ausência de licenças e falhas. O órgão fixou prazo de 180 dias para a Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Londrina (Acesf) contratar estudos exigidos pelo Instituto Água e Terra (IAT).

Expoagro

A Expoagro Afubra 2026, que acontecerá em Rio Pardo (RS) entre os dias 24 e 27, terá 222 empreendimentos no Pavilhão da Agricultura Familiar. Do total, 177 são agroindústrias, 23 de artesanato, 19 de plantas e flores e três iniciativas indígenas. O espaço reúne representantes de 122 municípios do estado.

Calor

A Defesa Civil de Joinville (SC) retomou o Projeto Piava após previsão de calor no outono. A ação orienta sobre segurança e preservação em rios. Entre dezembro de 2025 e fevereiro deste ano, mais de 1,6 mil pessoas foram atendidas. Estão previstas mais três blitzes educativas entre março e abril em pontos da cidade.

Dia D

A prefeitura de Maringá (PR) realiza no domingo (22), das 8h30 às 12h, o Dia D de serviços gratuitos na Unidade Básica de Saúde (UBS) Ney Braga. A ação reúne mais de 60 atendimentos, assistência social, orientação jurídica e atividades culturais, voltados à população local por meio de programas municipais.

Encontro

Entre os dias 24 e 27 deste mês, o governo do Rio Grande do Sul participará do VIII Encontro de Comitês de Bacias Hidrográficas, na sede da Federação da Agricultura (Farsul), em Porto Alegre (RS). O evento reunirá comitês, poder público, sociedade civil e universidades para debater a gestão da água e desafios ligados a eventos extremos.

Operação

A Polícia Civil de Santa Catarina (PCSC) deflagrou a 2ª fase da operação Almoço Grátis na quinta-feira (19) para apurar crimes contra a administração em Jupiá (SC) e desdobramentos. Foram cumpridos cinco mandados em cidades de Santa Catarina e Paraná, com apreensão de materiais para investigação.

Esportes

A TV Paraná Turismo transmite no domingo (22), às 15h30, o jogo entre Rio Branco e Paraná Clube, pela 4ª rodada da Segundona do Campeonato Paranaense, direto do Estádio Gigante do Itiberê, em Paranaguá (PR). A equipe visitante lidera a disputa, enquanto o mandante ocupa a 5ª posição na tabela estadual.



Área afetada inclui manguezais e vegetação nativa

SC: Justiça suspende licença de porto em baía

Decisão atende ação do MPSC sobre irregularidades ambientais

A Justiça suspendeu os efeitos da Licença Ambiental Prévia (LAP) n. 428/26, concedida para implantação de complexo portuário na Baía da Babitonga, na Praia do Sumidouro, em São Francisco do Sul (SC), após ação civil pública do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC).

A decisão liminar proíbe a empresa responsável e o Instituto do Meio Ambiente de praticar atos com base na autorização e determina a divulgação da medida em canais oficiais. O pedido foi apresentado pela 3ª Promotoria de Justiça da comarca e pela Promotoria Regional do Meio Ambiente, que apontaram falhas no processo de licenciamento.

Entre os pontos indicados estão a reabertura de procedimento já encerrado, ausência de estudos exigidos, adiamento da análise de impactos e desconsideração de parecer técnico contrário à emissão da licença pelo instituto.

A ação foi proposta com solicitação de tutela de urgência diante do risco para áreas sensíveis. A região reúne manguezais, restingas e vegetação de Mata Atlântica em estágio médio e avançado e espaços reconhecidos como corredores ecológicos. Esses ambientes têm papel na contenção costeira, na proteção de espécies e no equilíbrio da baía.

No processo principal, o Ministério Público pede a nulidade da licença, aplicação de multa por dano moral coletivo e defini-

ção de que eventual licenciamento seja conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), conforme entendimento da Justiça Federal.

Também foram citados pelo MPSC os possíveis efeitos sobre a pesca artesanal, atividade relevante na economia local.

Outro ponto levantado é o impacto na mobilidade urbana, com previsão de aumento no fluxo de veículos e ausência de conclusão da duplicação da BR-280.

O órgão também sustenta incompatibilidade do projeto com a classificação legal da área, considerada de preservação permanente. A manifestação está levando em conta o fato de a área em análise integrar um sistema ambiental conectado, no qual alterações podem gerar efeitos cumulativos.

O entorno da Baía de Babitonga abriga comunidades que dependem de recursos naturais para subsistência e renda. O avanço de obras sem avaliação completa, segundo o parecer do Ministério Público, pode comprometer esse equilíbrio e ampliar riscos sociais e econômicos.

A decisão mantém suspensa qualquer iniciativa vinculada à autorização questionada até análise do mérito da ação.

O caso segue em tramitação na comarca, com acompanhamento do MPSC e das instituições envolvidas no processo de licenciamento ambiental.